



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Direito Fiscal
2026-2027

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Fiscal – Turma Dia (TA)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: 168

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professora Doutora Ana Paula do Valle-Frias de Madureira e Piedade Dourado – 2 horas

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Professora Doutora Paula Rosado Pereira

Professora Doutora Sónia Martins Reis

Mestre Eduardo Raposo

Mestre Miguel Teles

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Esta unidade curricular pretende transmitir os fundamentos do Direito Fiscal, parte geral, com uma forte incursão nos impostos, em especial, nos impostos sobre o rendimento. O aluno adquire os instrumentos básicos da disciplina do ponto de vista dogmático com alguma componente de política fiscal: o seu objeto, a relação jurídica tributária, os princípios constitucionais, os impostos que constituem o sistema fiscal português, as influências do Direito Europeu e da OCDE, e os temas fiscais mais controversos e que trazem os mais complexos litígios aos nossos tribunais, tais como dedutibilidade de gastos, tributação autónoma, métodos indiretos, aplicação da cláusula geral antiabuso.

O aluno fica apto a um estágio profissional em matérias tributárias ou à frequência de um mestrado em Direito e Ciência Jurídica ou de Direito e Prática Jurídica em matérias fiscais.

6. Conteúdos programáticos:

I. Introdução

1. Caracterização do Direito Fiscal e Princípios Estruturantes
2. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais

II. Os Tributos

1. Conceito de Tributos
2. O Sistema Fiscal e Tipos de normas
3. Os Impostos: Conceito e elementos essenciais
4. Classificações e sistema fiscal constitucional escrito e em ação
5. As Taxas
6. As Contribuições financeiras

III. A Relação Jurídica Tributária

1. Sujeitos



2. Categorias
3. Contribuinte, substituto e substituído
4. A Responsabilidade tributária
5. Promotores e utilizadores de esquemas de planeamento fiscal agressivo
6. Sucessão tributária
7. Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

IV. Princípios constitucionais formais e materiais

V. O Princípio da legalidade fiscal

1. A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal

VI. O Princípio da proibição da retroatividade fiscal

1. Conceito, leis procedimentais e substantivas
2. Retroatividade e retrospetividade
3. A proteção da confiança

VII. O Princípio da igualdade fiscal

1. O princípio da capacidade contributiva
2. Impostos confiscatórios

VIII. O Princípio da tributação do rendimento real

1. Rendimento real e deveres declarativos e de cooperação
2. Dedutibilidade de gastos
3. Dedutibilidade de juros
4. Métodos diretos e indiretos
5. Tributação autónoma

IX. O Princípio da praticabilidade

1. Presunções inilidíveis e tipificações
2. Ónus da prova

X. A Interpretação das leis fiscais

1. Regras gerais
2. Conceitos importados
3. O art. 11. da LGT
4. Indeterminação legal e analogia

XI. A Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo

1. Segurança jurídica e justiça fiscal
2. Planeamento fiscal, evasão planeamento fiscal agressivo e elisão fiscal
3. Cláusulas gerais antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos permitem a formação nas questões transversais de Direito Fiscal – Parte Geral, com incursão em alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema fiscal.

8. Metodologias de ensino:

As aulas teóricas estão em estrita conexão com as aulas práticas, existindo um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa que permite com eficácia a transmissão de conhecimentos, partindo predominantemente do caso concreto, jurisprudencial ou hipotético, para a construção dogmática e para a análise crítica.

9. Avaliação:

Avaliação nos termos do regulamento em vigor, através dos elementos de avaliação contínua definidos pelo docente e/ou exame final.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A metodologia prosseguida permite uma aprendizagem intensiva do aluno, permitindo-lhe o acesso a estágios/atividade profissional na área.

11. Bibliografia principal:

Bibliografia principal

- ANA PAULA DOURADO, “Direito Fiscal”, 7.ª edição, Almedina, Coimbra, 2022;
- ANA PAULA DOURADO, “O Princípio da legalidade fiscal, tipicidade, conceitos jurídicos indeterminados e margem de livre apreciação”, Coimbra, 2007, capítulo I (para a matéria do princípio da legalidade fiscal);
- ANA PAULA DOURADO e PAULO MARQUES, anotações aos artigos 103.º, 104.º, 238.º, Constituição Portuguesa Anotada, volumes II e III, orgs. Jorge Miranda e Rui Medeiros, 2.ª edição Revista;
- JOSÉ CASALTA NABAIS, “Direito Fiscal”, 11ª Edição, Almedina, Coimbra, - Reimpressão 2023;
OU
- J. L. SALDANHA SANCHES, “Manual de Direito Fiscal”, 3.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
- PAULA ROSADO PEREIRA, “Manual de IRS”, 6.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2025;
- SÓNIA MARTINS REIS, SÉRGIO VARELA ALVES e DANIELA PESSOA TAVARES, “Guia Prático do IRS com questões resolvidas”, 4.ª edição, AAFDL Editora, Lisboa, 2025; e
- SÓNIA MARTINS REIS, SÉRGIO VARELA ALVES e DANIELA PESSOA TAVARES, “Guia Prático do IRC com Questões Resolvidas”, AAFDL Editora, Lisboa, 2025.
- GUSTAVO LOPES COURINHA, “Manual do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas”, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, reimpressão 2025;

Bibliografia complementar recomendada:

Bibliografia citada no direito fiscal a propósito de cada capítulo do programa, bem como:

- GUSTAVO LOPES COURINHA, “A Cláusula Geral Anti-Abuso no Direito Tributário – Contributo para a sua Compreensão”, Edições Almedina, Coimbra, 2009;
- SÓNIA MARTINS REIS, “O Princípio da Proibição da Retroatividade Fiscal”, 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2025; e
- FILIPE DE VASCONCELOS FERNANDES, “Rendimento Líquido e Dedutibilidade de Gastos em IRC”, AAFDL Editora, Lisboa, 2024.

Jurisprudência anotada recomendada:

Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal

- “Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011)” (a publicar - Ano IV, n.º 3 – Outono 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;
- “O princípio da não retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (comentário ao acórdão n.º 18/2011 do Tribunal Constitucional de 12/01/2011 – processo n.º 204/2010)” (Ano IV, n.º 2 – Verão 2011), por PAULA ROSADO PEREIRA;
- “Novamente a questão da retroactividade da lei fiscal no campo da tributação autónoma de encargos (Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, Processo n.º 0281/11, de 6 de julho de 2011, 2ª secção)”, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, n.º 3, Outono de 2011 por PAULA ROSADO PEREIRA;
- “Cláusula Geral Anti-Abuso – Opus I: Comentário ao Acórdão n.º 04255/10 do Tribunal Central Administrativo Sul (2.ª Secção) de 15 de Fevereiro de 2011 (Rel. José Correia)” (Ano IV, n.º 2 – Verão 2011), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e JOSÉ ALMEIDA FERNANDES;
- “Simulação Absoluta de Negócio Jurídico e Imposto do Selo” (Ano IV, n.º 1 – Primavera 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “Concorrência da Diferença Negativa Entre as Mais-valias e as Menos-valias Realizadas Mediante a Transmissão Onerosa de Partes de Capital em Metade do seu Valor (comentário ao Acórdão n.º 85/2010 do Tribunal Constitucional)” (Ano III, n.º 3 – Outono 2010), por NUNO OLIVEIRA GARCIA e ANDREIA GABRIEL PEREIRA;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Acórdão STA, de 18/09/2008 – Ofertas de pequeno valor em IVA e o Princípio da Legalidade Fiscal” (n.º 4, ano I – Inverno 2009), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “Ainda a propósito da tributação dos trabalhadores portugueses na Alemanha – algumas notas” (Ano I, n.º 1 – Primavera 2008), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

Fiscalidade

- “A tributação dos cidadãos portugueses trabalhadores no estrangeiro à luz do artigo 15.º do Modelo de Convenção OCDE” (n.º 17 – janeiro 2004), por GUSTAVO LOPES COURINHA;
- “E assim começou a história... a aplicação jurisprudencial da Cláusula Geral Anti-Abuso” (n.º 44 – 2011), por GUSTAVO LOPES COURINHA.

Ciência e Técnica Fiscal

- “Comentário aos Acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 20/2003 e n.º 515/2003 (Taxa de Ocupação do Subsolo)” (n.º 416, dezembro 2005), por NUNO OLIVEIRA GARCIA;
- “Anotação de acórdão do Supremo Tribunal Administrativo - Caso DEFINT: IRC, relações especiais” (n.º 402, abril/junho de 2001), por PAULA ROSADO PEREIRA.

Outra Bibliografia recomendada de docentes:

Paula Rosado Pereira

- “Arrendamento e Direito Fiscal”, in AAVV – Temas de Direito do Arrendamento – Cadernos O Direito n.º 7, Almedina, Coimbra, 2013;
- “Portugal’s new tax rules for investment companies”, Tax Notes International, vol 78, n.º 13, 29 junho, 2015;
- “The material scope of tax arbitration”, in AAVV, The Portuguese Tax Arbitration Regime, Almedina, Coimbra, 2015.

Filipe de Vasconcelos Fernandes

- “A Reserva de Lei da Assembleia da República e os Casos Históricos das “Demais Contribuições Financeiras a Favor das Entidades Públicas”, Assembleia da República, 2024;
- “Direito Fiscal do Terceiro Setor”, AAFDL Editora, Lisboa, 2022;
- “As ‘Demais Contribuições Financeiras a favor das Entidades Públicas e a Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, AAFDL Editora, Lisboa, 2022;
- “O (Imposto) Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário – Regime Financeiro, Fiscal & Constitucional”, AAFDL Editora, Lisboa, 2020;
- “As Contribuições Financeiras no Sistema Fiscal Português – Uma Introdução”, Gestlegal, Lisboa, 2020;
- “Direito Fiscal Constitucional – Introdução e Princípios Fundamentais”, AAFDL Editora, Lisboa, 2020;
- “A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético – Regime Fiscal e Constitucional”, Gestlegal, Lisboa, 2019;
- “Constituição e Lucro Real – Contributo ao Direito Fiscal Constitucional Português”, AAFDL Editora, Lisboa, 2018.

Sónia Martins Reis

- “Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS”, in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 81-138.

Paulo Marques

- “Crime de Abuso de Confiança Fiscal e Responsabilidade Societária”, Gestlegal, 2026;
- “Imposto e Crime - Inspeção Tributária e a Investigação Criminal”, em co-autoria, Almedina, Coimbra, 2026;
- “Da Compensação do Crédito Tributário – Sobre os Meios de Defesa do Contribuinte no Procedimento e no Processo Tributário”, Edições Almedina, Coimbra, 2025;
- “Impostos: Porquê e para quê?” (em co-autoria com o Prof. Doutor Joaquim Miranda Sarmento), Almedina, Coimbra, 2022;
- “Constituição, Legalidade e Tipicidade Tributária”, Revista do Ministério Público, n.º 146 (abril-junho 2016);
- “A (In)constitucionalidade da Tributação Autónoma: Reflexões sobre a Jurisprudência Constitucional” (em co-autoria com o Mestre Rui Marques), Revista Portuguesa de Contabilidade, Vol. VI, n.º 21, 2016;
- “O Princípio Constitucional da Tributação das Empresas segundo o Rendimento Real: Do Mito à Realidade” (em co-autoria com o Prof. Doutor Joaquim Miranda Sarmento), Jornal de Contabilidade, Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, 2016;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “A Responsabilidade Tributária Subsidiária dos Gerentes e a Repartição Interna de Tarefas na Sociedade Comercial – Comentário de Jurisprudência”, *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, n.º 4, Ano VIII, Faculdade de Direito de Lisboa, IDEFF/Almedina (julho 2016);
- “Todo o Negócio quer Dinheiro” - A tributação das manifestações de fortuna e dos acréscimos patrimoniais não justificados”, *Revista do Ministério Público*, n.º 139, (julho-setembro, 2014);
- “A (Ir)responsabilidade dos Gerentes de Direito pelas Dívidas Tributárias”, *Revista de Direito das Sociedades*, Ano V, n.º I/II, Faculdade de Direito de Lisboa, Almedina, Coimbra, 2013;
- “Responsabilidade Tributária dos Gestores e dos Técnicos Oficiais de Contas” — A Reversão do Processo de Execução Fiscal, Coimbra Editora, Coimbra, 2011.

Daniela Pessoa Tavares

- “Ebook Direito Fiscal – Jurisprudência Seleccionada do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo 2020-2022”, AAFDL Editora, Lisboa, 2022;
- “A troca de informações no plano internacional” in: *Fiscalidade Internacional - Questões atuais*, Almedina, Coimbra 2023.

Nuno Oliveira Garcia

- “Contencioso de Taxas”, 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2018.
- “Sobre as incertezas da natureza das propinas e suas consequências nas garantias dos contribuintes – Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de abril de 2015” (Processo n.º 01957/13), Pleno da Secção do Contencioso Tributário (Relatora Conselheira Dulce Neto), in *Revista de Finanças Públicas e de Direito Fiscal*, Ano VIII.2, 2015;
- “Rico mas não tanto... Comentário ao Acórdão n.º 0358/12 do Supremo Tribunal Administrativo”, in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.11, 2012;
- “Tributação pelo Lucro Consolidado. Comentário ao Acórdão n.º 012/12 do supremo Tribunal Administrativo”, in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V.03, 2012;
- “Dupla Tributação e Dupla Oneração por Taxas Locais. Comentário ao Acórdão n.º 0363 do Supremo Tribunal Administrativo” in *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano III.01, 2011;
- “Prejuízos, Menos e Mais-Valias – Casos de Aplicação de Normas Anti-abuso Específicas do Código do IRC” in *Fiscalidade*, n.º 29, 2007;
- “Preços, Tributos e Entidades Reguladoras Independentes: o Caso do Sector da Electricidade” in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 418, 2006;
- “Isenção de Tarifa Municipal – Taxa – Vigência de isenção atribuída em 1955 – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 6 de outubro de 2004”, in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 416, 2005.

Revistas a consultar:

- Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal
- Fisco
- Fiscalidade
- Intertax
- Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal

Páginas da internet e blogs:

<http://www.afp.pt>
<http://www.cideeff.pt>
<http://www.portaldasfinancas.gov.pt>
<http://www.dgsi.pt/>
<https://caad.org.pt/tributario/decisoies/>
<http://www.eatlp.org/>
<https://europa.eu/>
<http://greit-tax.eu/>
<http://www.ibfd.org>
<http://www.itdweb.org>
<http://www.oecd.org>
<https://taxprof.typepad.com/>